



ASSOCIAÇÃO
DE TRAIL
RUNNING
DE PORTUGAL

Acta nº 16

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, em segunda convocatória, em Melgaço, no auditório das Piscinas Municipais de Melgaço, a Assembleia Geral Ordinária da Associação de Trail Running de Portugal.

Após estarem reunidas, nos termos do regulamento, as condições para o funcionamento da Assembleia Geral, deu início aos trabalhos.

Iniciada a sessão, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral cumprimentou os associados presentes, tendo, de imediato, lido o ponto único da ordem de trabalhos.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direção, relativo ao exercício de 2023.

A Presidente da Mesa deu então a palavra ao Presidente da Direção, Rui Pinho, que iniciou a apresentação do Relatório de Atividades e das Contas referentes ao ano de 2023.

Durante a apresentação, foram destacados os seguintes pontos:

- Consolidação da plataforma MyATRP;
- Aumento do número de sócios com quota regularizada (cerca de 5.100);
- Homologação de 211 provas e mais de 30.000 classificados em todos os circuitos;
- Participação institucional da ATRP junto da Federação Portuguesa de Atletismo e em estruturas internacionais (ITRA, IAU);
- Isenção de quotas ATRP para atletas filiados na FPA, com impacto positivo no aumento de filiações.

Seguiu-se a apresentação das Contas pelo Diretor Financeiro, José Capela, com destaque para:

- Receita total de cerca de 140 mil euros;
- Principais fontes de receita: quotas, inscrições e apoios institucionais;



ASSOCIAÇÃO
DE TRAIL
RUNNING
DE PORTUGAL

- Principais despesas: operação da plataforma, deslocações, alojamento e prémios;
- Resultado final com saldo ligeiramente negativo.

Durante o período de intervenções, os associados presentes colocaram questões relativas:

- Aos critérios de acesso ao Campeonato Nacional e representatividade regional;
- À manutenção da isenção para filiados na FPA;
- Ao modelo de pontuação dos Circuitos ATRP;
- Ao crescimento da participação feminina;
- À criação de ações de formação para juízes, comissários e voluntários;
- À criação de canais formais de auscultação dos atletas.

A Direção comprometeu-se a apresentar propostas de ajustamento aos regulamentos durante o ano de 2024 e a avançar com propostas de planos de formação à FPA e mecanismos de auscultação dos organizadores.

Não havendo mais questões, passou-se à votação do Relatório e Contas do Ano de 2024, com os seguintes resultados:

Votos contra: **0**

Abstenções: **1**

Votos a favor: **37.**

O Relatório e Contas foi aprovado por maioria expressiva.

No final da sessão, foram ainda abordadas questões relacionadas com a articulação com a Federação Portuguesa de Atletismo, nomeadamente quanto à defesa da autonomia do Trail Running e à eventual aplicação de uma taxa federativa. A Direção reiterou a sua posição crítica quanto à aplicação genérica de medidas sem considerar a especificidade da modalidade.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a sessão.



ASSOCIAÇÃO
DE TRAIL
RUNNING
DE PORTUGAL

Relativamente à votação do plano de atividades e orçamento para 2024, foi aprovada com uma abstenção. E nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos encerrados pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo sido lavrada a presente Ata, que vai ser assinada / vai ser autenticada com a sua própria assinatura.

Filipa Alexandra Vilas